

Assembleia virtual da ABCP dia 20 de maio de 2021

A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL DOS PETROLEIROS (ABCP) informa todos os associados para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada dia 20 de maio de 2021 (quinta-feira), por meio da plataforma virtual Google Meet, devido à pandemia da Covid-19. Os trabalhos terão início, às 17h30 em primeira convocação, ou, na falta de quórum necessário, às 18h em segunda convocação

com qualquer número de presentes, para a seguinte ordem dia:

1. Avaliação e deliberação de quando vai ocorrer a eleição presencial da diretoria da ABCP, levando-se em conta a situação da pandemia de Covid-19 no Brasil;
2. Venda do imóvel da ABCP à Rua Comendador Martins, nº 523, no bairro da Encruzilhada, em Santos (SP).



Em caso de dúvida de como entrar na assembleia, entrar em contato pelo WhatsApp (13) 99685-9153 para receber um passo a passo de como participar. Para participar da assembleia acesse o link: <https://meet.google.com/kse-iwfd-giw>.

ENCARTE ESPECIAL

Em defesa da Petrobrás: lutar contra a privatização da Rlam



Foto: Portal Petrobrás

PREOCUPAÇÃO E VERGONHA! Já passou da hora de organizar todos os petroleiros do Brasil para lutar contra a entrega vergonhosa da Refinaria Landulpho Alves (Rlam). O valor de mercado é de R\$25 bilhões, mas ela está sendo “negociada” por apenas R\$9 bilhões. É um atentado contra o Brasil. **Página 2.**

Crise sanitária afunda a economia

Em artigo exclusivo para o ABCP Informativo, o sociólogo Clemente Ganz Lúcio fala sobre um dos mais graves períodos da sua história recente do Brasil e como “o desgoverno de Jair Bolsonaro” tornou a situação ainda mais dramática em todos os campos da vida dos brasileiros – da saúde à economia. **Leia no encarte especial.**

Atraso do Correios

A empresa Correios vem atrasando de 20 a 30 dias a entrega do Informativo da ABCP que é enviando, todo mês, para a residência da categoria petroleira. Foi o que aconteceu especialmente com o jornal de março. A alegação do Correios é que falta pessoal por causa da pandemia.

Editorial

Luta sindical: nunca é tarde para recomeçar!

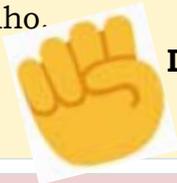
QUANDO ESTAVA ORGANIZADA, a categoria defendeu a Petrobrás contra o protejo neoliberal de privatização. Fizemos greves com paradas de produção nos anos 1990, 1991 e 1995. No Litoral Paulista, paramos a RPBC, dois oleodutos e dois terminais. Como estamos defendendo a companhia hoje? Estamos realmente fazendo a nossa parte?

Para a organização das lutas, só tem um jeito. As direções sindicais devem estar nas bases. Luta não se faz com sindicalismo de cúpula, de gabinetes e apenas de reuniões de negociações.

Como bem disse o professor Emílio Gennari, os sindicatos não pode se transformar em generais sem soldados. Por isso, é urgente reiniciar o trabalho dentro das bases para reorganizar novamente as lutas da categoria.

Com greve e luta defendemos o patrimônio brasileiro construído pela Petrobrás! **Sem luta, somos tratados como gado indo para o abate.**

Todo o apoio aos que fazem a luta, seja da **FUP** ou da **FNP**. Unir é o caminho.



Diretoria ABCP

Expediente ABCP Informativo

Publicação de responsabilidade da Diretoria da Associação Beneficente e Cultural dos Petroleiros (ABCP) . Ano VIII . Edição: Nº 24 . Abril/2021. **Conselho Editorial:** Valdir Lopes, Rivaldo Ramos, Maurício Ramos Antoniette de Moura e Eduardo Jenner Ozório. **Textos e edição:** Rosângela Ribeiro Gil. **Diagramação:** Manuella Soares **Sede:** Avenida Conselheiro Nébias, 248, Vila Nova - Santos - SP - CEP 11.015-902 . **Telefones:** (13) 3202 1100 | (13) 99685-9153 . **E-mail:** abcppetroleiros@sindipetrosantos.com.br. Site: www.abc-petroleiros.com.br . **Tiragem:** 6.000 exemplares . **Impressão:** Gráfica Diário do Litoral.

POLÍTICA DE BOLSONARO PARA COMBATER A PANDEMIA



Sindical

Lutar pela Petrobrás é lutar por emprego e direitos

ESTÃO PASSANDO A BOIADA utilizando a pandemia. Estão vendendo e acabando com as nossas riquezas – sejam elas os recursos naturais que estão, em grande parte, na Amazônia; ou nossas empresas.

Para os trabalhadores das estatais, privatizou acabou. Não queremos nossos trabalhadores escravizados.

A maior preocupação são os nossos companheiros ativos. Não queremos que tenham o mesmo destino das estatais que foram privatizadas, como a Porto, a Cosipa, CSN, Vale e, recentemente, Liquigás,

gasodutos Norte e SUL BR e Fafen.

Para ficarmos num exemplo bem próximo: a Cosipa tinha mais de 20 mil trabalhadores. A siderúrgica de Cubatão foi privatizada em 1993. Hoje, ela tem pouco mais de 1.700 funcionários. O Porto de Santos é também outro caso do avanço da privatização, que vem se retalhando aos pedaços e reduzindo a mão de obra drasticamente.

Mesmo que tardiamente, é hora de agir para construir um futuro melhor e mais honroso para nossa categoria e para o País.

Entrevista

Sem Petrobrás forte, perde-se o norte

O MAIS GRAVE EQUÍVOCO que vem sendo cometido desde 2015, no Brasil, tem sido tornar a Petrobrás uma mercadoria financeira. A crítica é do professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Marco Aurélio Cabral Pinto. “O maior equívoco do neoliberalismo econômico desde 2015 tem sido animar o mercado de balcão de ativos energéticos às custas da empresa de petróleo dos brasileiros. O país inteiro está pagando um preço alto por isso”, observa. Nesse sentido, o professor define como desacerto estratégico o aniquilamento do refino no País. “A Petrobrás, que vinha apostando em autossuficiência, está agora à mercê das importações de combustível”, lamenta. É um retrocesso, ressalta, ao dizer que a petrolífera nacional é fundamental para o desenvolvimento e a soberania do País e porque **“petróleo é a mercadoria mais importante do mundo junto com o dinheiro”**.

Atualmente, adverte ainda o professor, o Brasil está importando combustíveis porque o neoliberalismo aplicado à Petrobrás tem por resultante nos tornar inteiramente refém das decisões tomadas no topo da hierarquia do complexo petrolífero internacional. O professor define como absurdo essa condução política, “apesar do País ter um oceano de petróleo dentro do nosso mar territorial”.

Para piorar, como o dólar é a unidade de contas no comércio exterior brasileiro, passamos a importar inflação também. “O preço do petróleo internacional sobe e a gente aqui não tem capacidade de administrar os nossos preços internamente”, diz.

Como ele destaca, a Petrobrás forte significa economia forte também. Afirma ainda: “A Petrobrás não



Foto: Acervo pessoal

Marco Aurélio Cabral Pinto: Acabar com a Petrobrás é destruir o País.

produz apenas petróleo; ela produz, em certo sentido, a capacidade do Brasil de construir a sua própria estabilidade econômica, com criação de empregos. Após 2015 houve revisão no plano de investimentos, com reduções expressivas em muitas áreas importantes. Mantido o plano de investimentos anterior, teríamos na atualidade sustentação significativa de empregos no Brasil. Então, ao mesmo tempo que a gente estaria controlando a inflação, o país poderia estar se beneficiando de poderoso indutor de demanda para a indústria, em meio à maior crise da história recente.”

Nesta perspectiva, Marco Aurélio Cabral situa a recente troca de comando na Petrobrás como reação das elites brasileiras aos equívocos que vêm sendo cometidos desde o Golpe de 2015. Em síntese, segundo o professor, “aparentemente, com a volta antecipada dos democratas ao poder nos EUA, os interesses industriais no Brasil reuniram condições políticas para afastar da Petrobrás a vista curta das finanças. Imediatismo tal, que acabou por conspirar contra a própria estabilidade do subsistema econômico e político brasileiro. A saída da Ford do país, neste contexto, parece ter acendido um alerta luminoso na cabeça da nossa atrasada elite”.

Coluna direta

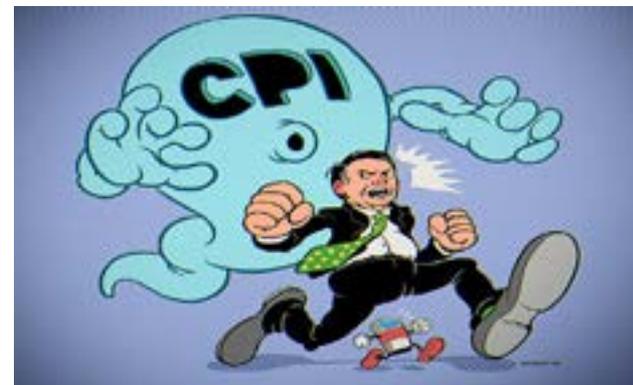
Saudade da luta

Direitos dos petroleiros foram conquistados nas lutas organizadas pelo sindicalismo chão de fábrica, olho no olho com o trabalhador.

O que vem por aí?

O novo presidente da Petrobras, general Joaquim Silva e Luna, tomou posse no dia 19 de abril último, afirmando prioridade aos acionistas. Foram nomeados quatro diretores do quadro de carreira da companhia.

Medo do quê?



O governo Bolsonaro não gostou da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Covid-19 no Senado. Presidente preferiu ameaçar o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), autor da solicitação da CPI, ao dizer que tinha “que sair na porrada” com ele.

Política genocida

Atraso (ou falta de) no planejamento de vacinação contra a Covid-19, Brasil amarga crescimento de mortes e de contaminação. Apenas 13% de uma população de mais de 270 milhões foi vacinada até agora.

O PED-2015 - o NPP - o ACT-2020 - a AMS - o desespero dos petroleiros

Não bastasse a tragédia do equacionamento do déficit da Petros que atingiu o Grupo pós 70, R e NR, ativos e assistidos, outro péssimo resultado foi alcançado com a aprovação do último ACT.

Para fugir da luta sob a repetitiva argumentação da desmobilização do trabalhador petroleiro, assinaram mais um acordo de forma irresponsável, o que acabou por prejudicar ainda mais a grande parte dos ativos e assistidos desse Grupo, que já estão arcando com um déficit do PPSP sobre o qual não são responsáveis.

No ACT os sindicatos aceitaram como corretor pleno do valor mensal do plano de saúde, o índice VCMH.

O índice de Variação de Custo Médico-Hospitalar (o VCMH), também chamado de inflação médica, expressa a variação do custo das operadoras de planos de saúde, comparando dois períodos consecutivos de 12 meses.

Os planos de saúde utilizam o VCMH como referência para negociar reajustes com clínicas e hospitais. Na prática é um teto.

Nosso reajuste sempre foi feito baseado no reajuste dos salários dos empregados e benefícios de aposentados e pensionistas.

Ao que parece, o nosso plano é o único plano de saúde de auto-gestão que será corrigido pelo máximo do VCMH.

Na sequência, acabaram surpreendidos com o resultado devastador e aí optaram por culpar a postura intransigente da empresa e sem esquecer de responsabilizar o governo. Não satisfeitos também jogaram o resultado trágico na conta da categoria que teria aprovado o ACT em assembleia.

Pelo absurdo do acontecido, vê-se que em nenhum momento isso foi devidamente esclarecido a quem pagaria a conta para aprovar a proposta.

Não lembram, ou não lhes interessa saber que a luta capital x trabalho exige postura, atitude, LIDERANÇA.

Assumir o erro histórico é a única forma de comunicação. Preferem o discurso fácil de quem não trabalha pela categoria.

Por que tivemos descontos abusivos em janeiro?

Foi "só" devido ao aumento da margem consignável - de 13 para 30%?

Por que o adiantamento do benefício PETROS veio menor em fevereiro?

E o adiantamento do 13º do benefício PETROS, que veio muito reduzido?

De quanto foram os reajustes das contribuições ao plano de saúde (AMS) e da própria margem consignável?

Por que falta acesso ao petroleiro à sua conta corrente dessas despesas, há juros pelo atraso, quanto?

Não há respostas para perguntas tão objetivas, ao se considerar que os Sindipetros esqueceram a luta, e viraram extensões dos escritórios de advocacia.

Com a categoria fragilizada pela COVID-19 e com a FUP vendendo que o ACT era uma maravilha, restou à FNP o papel secundário e que seus dirigentes tão bem aceitaram e representam em todos os acordos salariais para uma plateia que não mais suporta essa tragicomédia.

Lamentável dizer que esses dirigentes não têm qualquer possibilidade de reverter os prejuízos que a categoria vem obtendo a cada ACT. A cada ano mais perdemos direitos. A AMS é direito adquirido, fazendo parte, originalmente, dos Manuais de Pessoal da Petrobrás.

O sindicalismo burocrático, como resultado da cooptação da quase

totalidade das nossas lideranças, não abre qualquer chance para ser revertida. Dirigentes medrosos, sem qualquer noção do que é sindicalismo pela base, se contentam em eternos discursos que não se renovam.

Culpam os governos, esquecendo que nossa categoria enfrentou governos ditatoriais e ainda assim avançou em conquistas para toda a sua base e que hoje estão sendo retirados. Portanto, nossa luta não depende da boa vontade de governo, seja ele qualquer que for, direita ou esquerda, depende de muito trabalho.

Nada fizemos no governo dos "trabalhadores" exceção à entrega de direitos históricos conquistados debaixo de muita pancada, e colhemos o resultado desolador no governo capitalista.

Nossas assembleias viraram extensão de escritórios de advocacia que assessoram os Sindipetros.

Não se debate ou se discute nas bases o que as lideranças negociam com os patrões. Deixa-se nas mãos dos advogados a melhor forma para convencer o trabalhador a aceitar a proposta sob argumentos legais.

Surpreendidos todos, busca-se corrigir os erros entrando com ações judiciais. O resultado é trágico, liminares ganhas suspendem descontos. Liminares são em geral somente liminares.

Cassadas, os descontos retornam em valores insuportáveis.

Sérgio Salgado.

Associado aposentado ao Sindipetro - Litoral Paulista
e ex-conselheiro do Petros

Alerta - A história deste último ACT tem grandes chances de se repetir no próximo, pois nossas eleições, mais uma vez, terá chapa única em eleição proposta como virtual.

Entrevista

O teletrabalho e a desregulamentação do Direito do Trabalho



Uma das principais mudanças da pandemia no mundo do trabalho foi a adoção compulsória do chamado teletrabalho, tanto por empresas quanto por profissionais liberais. Mudança que, segundo os últimos números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Pnad Covid 19, divulgados em novembro de 2020, mostravam que o Brasil totalizava cerca de 8 milhões de pessoas em trabalho remoto no mês de setembro.

Mas como essa mudança vem atingindo os trabalhadores?

A questão é abordada, nesta entrevista, pelo procurador Luciano Leivas, vice coordenador nacional da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho (Codemat/MPT).

Como o Ministério Público do Trabalho vem acompanhando essa mudança?

Luciano Leivas - A emergência sanitária decorrente da pandemia, sem sombras de dúvida, acelerou sobremaneira o processo de prestação do trabalho fora do estabelecimento da empresa mediante meios telemáticos, porquanto as restrições de convívio social, tais como quarentena, isolamento social e distanciamento, tornaram-se um imperativo de contingenciamento da transmissão da doença Covid-19 no âmbito da relação de trabalho tradicional/presencial.

O grande problema é que os sujeitos da relação de trabalho, patrões e empregados, em sua grande maioria, foram impelidos para o teletrabalho sem um período de adaptação ou transição adequados. Os desafios civilizatórios e de humanização do teletrabalho foram precipitados pelos fatos.

Nesse contexto, as preocupações institucionais do Ministério Público do Trabalho se fixam, entre outros aspectos, na questão da distribuição dos custos da prestação de serviço na

modalidade de teletrabalho frente ao princípio constitucional da irredutibilidade do salário e princípio da intangibilidade salarial, na questão da duração do trabalho (jornada, carga semanal e intervalos) e no direito à desconexão e nas questões de saúde e segurança do trabalho (saúde mental e questão da ergonomia).

Quais as principais preocupações do MPT?

Luciano Leivas - A migração, por assim dizer, do modelo tradicional de prestação presencial do trabalho para um modelo de trabalho fora do estabelecimento do empregador (teletrabalho ou home office) deve ser refletido dentro de uma transformação político-jurídica iniciada em 2017, notadamente a chamada reforma trabalhista implementada no Governo Temer.

Essa reforma trabalhista, pressionada e acelerada por pauta econômica, primou pela desregulamentação do Direito do Trabalho mitigando o princípio da proteção do hipossuficiente e privilegiando os princípios da liberdade individual para contratação do trabalho em flagrante desvirtuamento do valor social do trabalho. A ótica reformista das alterações legislativas de 2017, com projeções até a presente data, tratou a relação assimétrica capital e trabalho como se as partes do contrato, empregador e empregado, dispusessem do mesmo poder de contratação e execução do contrato de trabalho. Em um país que já conta com mais de quatorze milhões de desempregados e na iminência de um contingente ainda maior de trabalhadores em situação de desemprego (vide a fuga dos capitais interacionais como o caso Ford), não é esperado que o contrato individual de trabalho venha a transferir os custos de tecnologia (implementação e manutenção), imprescindíveis para prestação do serviço, para o teletrabalhador, frente à previsão do artigo 75-D da CLT [*Consolidação das Leis do Trabalho*].

Qual a orientação para que o teletrabalho não se transforme em mais um fator de descumprimento de direitos e adoecimento?

Luciano Leivas - As orientações estão organizadas e articuladas em dezessete recomendações, destacando-se, entre outras: o respeito à ética digital no relacionamento com trabalhadores e trabalhadoras; a formalização contratual do regime de teletrabalho, conforme prescreve a CLT; a observância das vicissitudes ergonômicas do trabalho; a necessidade de apoio tecnológico a cargo do empregador; adoção de etiqueta digital e orientação da equipe de trabalho sobre o comportamento na modalidade de trabalho remoto; respeito ao direito de imagem e à privacidade do trabalhador; a necessidade de controle da duração do trabalho (jornada, carga semanal, intervalos) e direito de desconexão.

Artigo

A crise sanitária afunda a economia

Clemente Ganz Lúcio*

O BRASIL PASSA POR UM DOS MAIS GRAVES períodos da sua história recente. A crise sanitária que assola o mundo, adquire dimensões dramática com o desgoverno de Jair Bolsonaro, que impediu a coordenação nacional de enfrentamento da pandemia, estimulou o descumprimento dos protocolos de proteção (uso de máscaras e distanciamento), não cuidou da economia e não comprou as vacinas no tempo certo.

A crise econômica que vem de antes da pandemia, tornou-se ainda mais extensa. O desemprego atinge mais de 14 milhões de pessoas; 32 milhões estão com jornadas parciais, contratos precários e flexíveis e com baixos salários; 6 milhões estão desalentados e 34 milhões são trabalhadores informais, sem proteção laboral e social.

O país também não tem estratégia econômica de enfrentamento da crise. O governo encerrou o auxílio emergencial e a proteção dos empregos e dos salários. Mais de 80 milhões de pessoas ficam desprotegidas. As micro, pequenas e médias empresas estão sem amparo. O novo auxílio emergencial equivale a R\$ 5,00 por dia, por 4 meses e para uma população menor. Sem renda, o consumo cai, a produção para, o desemprego chega e o salário acaba.

O facão do desemprego corre solto, a carestia aperta, a pobreza, a miséria e a desigualdade aumentam. Uma

péssima gestão do governo federal da crise sanitária afunda ainda mais a economia. O governo só pensa em ajuste fiscal – cortar gastos sociais e de saúde –, em privatização – vender as empresas públicas –, em destruir o meio ambiente e em desqualificar o Brasil diante do mundo. O país vive um processo de desmonte e destruição jamais visto na sua história. Reconstruí-lo será um desafio que requererá muita unidade e um projeto de recuperação e de desenvolvimento.



Clemente Ganz Lúcio - Sociólogo, assessor do Fórum das Centrais Sindicais. Foi diretor técnico do DIEESE. (2clemente@uol.com.br)

Desmonte criminoso da Petrobrás: a privatização da Rlam

FOI ANUNCIADA, EM 24 DE MARÇO ÚLTIMO, a venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) por um terço do seu valor real. É a segunda maior refinaria do País, com capacidade de 333 mil barris/dia. O valor de mercado é de R\$25 bilhões, mas ela está sendo “negociada” por apenas R\$9 bilhões. **É um pacote de bondade que inclui quatro terminais de armazenamento e um conjunto de oleodutos com 669 km. É um atentado contra o Brasil.**

O assunto está em discussão no Tribunal de Contas da União (TCU), com pouca participação política do Congresso e sem nenhuma mobilização significativa da categoria petroleira. O Sindepetro Bahia fez algumas paralisações e os 17 sindicatos e 2 federações apoiaram. **Preocupação e vergonha – Já passou da hora de organizar os petroleiros antes que esta negociação fraudulenta se concretize.**



Foto: Portal Petrobrás